

SPORTING – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD

Sede Social – Estádio José Alvalade – 1600 Lisboa

NIPC 503 994 499 – Mat. C. R. C. Lisboa nº 07679

Capital Social – € 54 890 000

(Sociedade aberta)

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Em conformidade com o disposto no Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e a Demonstração dos Resultados e respectivos anexos reportados ao primeiro semestre da época desportiva de 2002/2003, que compreende o período de 1 de Agosto de 2002 a 31 de Janeiro de 2003. As Demonstrações Financeiras são apresentadas com os valores comparativos de igual período do exercício económico anterior.

As grandes metas definidas pelo Conselho de Administração da Empresa para o ano em curso eram:

- Continuar na senda dos êxitos desportivos de acordo com o historial do Clube e as expectativas dos seus sócios e simpatizantes permitindo, em simultâneo, um aumento das receitas correntes.
- Não aumentar os desequilíbrios entre receitas e despesas correntes, em linha com o plano de negócios da Sociedade de modo a satisfazer os nossos parceiros e accionistas.
- Implementar, na linha do que se encontra fixado no plano de negócios, uma rigorosa política de controlo de custos, por forma a colmatar, ou, pelo menos, mitigar a existência dos défices crónicos de exploração.
- Prosseguir o esforço de rentabilização do Investimento na Academia.
- Implicar, na sequência da implementação do modelo estratégico e organizativo, a estrutura directiva nas grandes linhas aí definidas, criando uma verdadeira cultura Sporting, SAD.

Decorridos os primeiros seis meses de actividade, é fácil constatar que, pese embora alguns dos objectivos tenham sido plenamente alcançados, outros, sobretudo aqueles mais correlacionados com a performance desportiva, ficaram muito aquém das expectativas.

Com efeito e pela positiva é de destacar:

- A continuação da redução da estrutura de custos com pessoal, resultante da racionalização do quadro profissional de futebol.
- A política desportiva adequada às limitações de ordem financeira da Sociedade, assegurando, pelo terceiro ano consecutivo, um fluxo positivo na actividade de investimento. De salientar, ainda, que desde a criação da Sporting, SAD, o fluxo de caixa em matéria de investimento é negativo em cerca de m€ 43 500.
- O facto de não se terem comprometido futuras receitas de eventuais participações na Liga dos Campeões na aquisição de jogadores.
- Que o pagamento de remunerações fixas com o futebol profissional e de formação sofreu, tal como tínhamos anunciado, uma redução de m€ 7 500 nos últimos dois anos.
- O desenvolvimento da parceria estratégica de investimento com First Portuguese Fund, com novas iniciativas, nomeadamente na eventual aquisição dos direitos desportivos de futuros jogadores até ao final do corrente exercício.
- A consolidação de um grupo profissional de atletas, cuja composição é propícia à projecção de jogadores da formação que, já hoje, constituem mais-valias potenciais.
- Que o Futebol de Formação celebrou o seu primeiro ano de actividade em Alcochete e que o Futebol Profissional e toda a estrutura central da Sociedade se mudou para a Academia no início deste exercício económico. Com efeito, com seis meses de actividade em Alcochete é já possível contabilizar ganhos importantes de sinergias funcionais agora criadas entre equipas técnicas e dirigentes, coordenação técnica, metodologia de treino e recrutamento. Este passo, decisivo na implementação de uma verdadeira cultura da Sporting, SAD, permitiu a consolidação de um modelo desportivo, melhorou a produtividade, contribuiu para a melhoria no controlo sobre os “processos chave” na gestão do futebol, além de ter facilitado a introdução de um verdadeiro modelo de avaliação de desempenho, essencial a uma gestão que se quer cada vez mais profissional.

Por outro lado e pela negativa, em matéria desportiva, as equipas profissionais de futebol A e B têm tido um comportamento muito abaixo das expectativas criadas no início da época. Embora com um início auspicioso, sobretudo com a conquista da Super Taça Cândido de Oliveira, em 18 de Agosto, o Sporting foi afastado do seu maior objectivo para 2002/2003, ou seja, participar na Liga dos Campeões. De relembrar que, de acordo com os coeficientes da UEFA 2002/2003, o campeão nacional português não teve acesso directo à “Liga

Milionária” pelo que teve de jogar a 3ª pré-eliminatória contra o poderoso Inter de Milão, pelo qual acabou por ser eliminado.

Posteriormente, e com grande infelicidade, foi eliminado (após prolongamento) pelo Partizan de Belgrado, na 1ª eliminatória da Taça UEFA.

Também em termos domésticos a época não tem corrido bem, sendo já impossível a renovação do título de Campeão Nacional e bastante difícil o acesso à Liga dos Campeões. A esta performance também não é alheia uma série infindável de problemas com destaque para o sucedido com os jogadores João Pinto e Mário Jardel. Paralelamente, o plantel foi causticado por inúmeras lesões que impediram jogadores chave de dar o seu contributo à equipa durante demasiado tempo, o que a enfraqueceu substancialmente e contribuiu para que esta se visse impedida de atingir os objectivos inicialmente traçados.

Quanto à muito jovem equipa B, anteviam-se, no início de um novo ciclo, dificuldades mas esperava-se que conseguissem atingir uma classificação mediana no seu escalão e que funcionassem como uma plataforma de rotação de jogadores para a equipa principal. A verdade é que os resultados tardaram a aparecer e, nesta fase, apenas nos resta esperar que a equipa consiga manter-se na 2ª Divisão B.

Quanto às equipas pertencentes aos restantes escalões do futebol, a época tem decorrido normalmente podendo prever-se que irão disputar as respectivas fases finais.

Actividade da Empresa

No plano desportivo, não houve nestes seis meses deste exercício nenhuma aquisição. Ingressaram na equipa principal os jogadores Pablo Contreras, Marcos Paulo e Vitalis Kutusov, todos emprestados por um ano, bem como os jogadores que já pertenciam ao Sporting, Ricardo Fernandes, Tonito e Carlos Martins anteriormente cedidos ao Gil Vicente, Sta. Clara e Campomaiorense, respectivamente.

Com vista à valorização de jogadores menos utilizados foram cedidos a clubes terceiros os jogadores: Nauzet e Mateus (F. C. Marco e posteriormente ao Badajoz); Chiquinho (Imortal); Beto II (Casa Pia); Fumo e Hélder Rosário (Farense); Rodolfo Frutuoso (Estoril); Bruno Caires e Pedro Valente (Maia); Paulo Teixeira (Portimonense) e Santa Maria (F. C. Marco). Os jogadores Diogo e Lourenço foram cedidos até Janeiro 2003 ao Las Palmas e Oldham, respectivamente.

De relembrar que, por motivos de rescisão, venda ou termo de contrato abandonaram o Sporting no final da época 2002/2003 os jogadores Aventino Pereira, Tomás, Vasco Matos, Dimas, Afonso Martins, Phill Babb, André Cruz, Nalitzis, João Filipe, Osório, Nuno Diogo, Luís Dias, Maurício Miranda e Hugo Viana. Em Janeiro de 2003 foi rescindido o contrato com o jogador Ayew Kwane.

De salientar que os custos com pessoal estão em linha com os valores orçamentados (m€ 12 000) e com o período homólogo da época anterior, apesar de ter ocorrido um aumento de m€ 1 172 nos custos com o seguro de acidentes de trabalho, comparativamente a igual período do exercício anterior e de m€ 908 relativamente aos valores orçamentados.

A performance desportiva aquém do esperado teve, naturalmente, um impacto negativo a nível da prestação de serviços, nomeadamente nos proveitos de bilheteira.

Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos, apesar do aumento de m€ 1 500 relativamente a período homólogo da época anterior, o seu montante global está, ainda assim, ligeiramente abaixo do orçamento. O aumento é justificado pela renda da Academia, a qual na época passada apenas começou a ser paga no início do 2º semestre da época desportiva e de forma parcial, pois apenas o futebol formação utilizava as instalações, pelo aumento dos encargos com deslocações e pelo significativo acréscimo registado na rubrica de Seguro de Acidentes Pessoais.

Durante o próximo semestre estará concluído o projecto de redução de custos no que aos encargos da exclusiva responsabilidade da Sociedade diz respeito, ou seja, não inclui as relações comerciais com as várias empresas do Grupo. Entre Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com o Pessoal prevê-se uma redução de cerca de m€ 2 000 na próxima época desportiva.

A actividade da Sociedade continua altamente deficitária, com custos in comportáveis para as receitas geradas, assumindo particular importância a rubrica dos Custos com o Pessoal. O compromisso deste Conselho de Administração de tomar as medidas possíveis tendo em vista o reequilíbrio das contas da Sociedade mantêm-se inalterado. Aliás, os desvios relativamente ao previsto no plano de negócios apenas têm expressão, ainda que pouca, nos Proveitos. Da análise dos custos, ressalta com ligeiras excepções perfeitamente justificáveis, a intransigência e o rigor na sua contenção. Ou seja, ainda que muito problemática, a actual situação económico-financeira da Sociedade não diverge, substancialmente, do cenário previsto em Maio de 2002, aquando da emissão do empréstimo obrigacionista e da elaboração do plano de negócios.

Importa realçar, passe a imodéstia, a linguagem de verdade sempre assumida, mas nem sempre reconhecida - sobretudo nos meios de comunicação social - da qual este Conselho de Administração não abdicará.

Recusamo-nos a anunciar políticas desportivas ou de contratações de jogadores manifestamente incompatíveis com a frieza dos números e, até, com o estado do mercado e do negócio em geral. Por toda a Europa futebolística soam os sinais de alarme, bem expressos nos constantes avisos oriundos da UEFA.

É por tudo isto que assumimos que, por enquanto, só com receitas provenientes da cedência de direitos desportivos de alguns jogadores poderemos atingir o equilíbrio.

O aumento de receitas decorrente da inauguração do novo Estádio Alvalade XXI e uma política criteriosa de gestão desportiva permitem-nos ter a convicção de que é possível mantermos o nível competitivo revelado ao longo dos últimos três anos e atingirmos o equilíbrio pretendido.

O Conselho de Administração está consciente de que a recuperação económica também depende da performance desportiva. Espera é que a concorrência venha, no futuro, a ser leal e que as competições não estejam constantemente impregnadas de distorções de diversa natureza que as desvirtuam de forma brutal.

Factos Relevantes após o termo do Primeiro Semestre

Não ocorreram factos relevantes entre o termo do primeiro semestre e a data de emissão do presente Relatório do Conselho de Administração com efeito relevante na actividade e demonstrações financeiras agora apresentadas.

Evolução Previsível da Empresa

Não se prevê relativamente ao segundo semestre do presente exercício económico qualquer alteração relevante em relação à estratégia delineada para a época desportiva de 2002/2003.

Quanto à época desportiva de 2003/2004, já em fase de preparação, importa referir que constitui objectivo deste Conselho de Administração dar continuidade ao plano de redimensionamento do plantel profissional e consequente melhor aproveitamento dos recursos gerados internamente.

Acções Próprias

A Sporting, SAD, não detém acções próprias, nem adquiriu ou alienou acções durante o primeiro semestre do exercício.

Negócios entre a Empresa e os seus Administradores

Não se registaram quaisquer negócios entre a Empresa e os seus administradores, nem foi emitida qualquer autorização para o efeito.

Lisboa, 12 de Abril de 2003

O Conselho de Administração

Dr. Miguel Maria de Sousa Ribeiro Teles

Dr. José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt

Dr. Filipe Soares Franco

Engº José Maria Avillez Corrêa Sampaio

Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Em conformidade com o número 5 do Artigo 447^a do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se relativamente a cada um dos membros do Conselho de Administração, o número de acções da SPORTING – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD, por si detidas:

Membros do Conselho de Administração	Nº de Acções
Dr. Miguel Maria de Sousa Ribeiro Teles	823
Dr. José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	92
Dr. Filipe Soares Franco	772
Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima	72

Não se verificaram transacções durante o exercício económico.

De acordo com o Regulamento nº11/2000 com a nova redacção dada pelo Regulamento 24/2000, são as seguintes as participações qualificadas da SPORTING – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD:

Participações Qualificadas	Número de Acções	% de Direitos de Voto
SPORTING – S. Gest. Participações Sociais, SA	4 873 092	44,3
Sporting Clube de Portugal	1 929 073	17,5
SPORTINVESTE – S. Gest. Participações Sociais, SA	1 800 000	16,4

Balanço em 31 de Janeiro de 2003 e 31 de Janeiro de 2002

(Valores expressos em milhares de Euros)

	31 JAN 03		31 JAN 02			31 JAN 03	31 JAN 02
ACTIVO	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Imobilizado					Capital Próprio		
Imobilizações Incorpóreas:					Capital	54 890	54 890
Despesas de Instalação	776	(759)	17	28	Reserva Legal	0	0
Propriedade Industrial e Outros Direitos	71 322	(32 478)	38 844	51 348	Outras Reservas	5	0
Adiantamento por c/Imobilizações			0	0	Reserva de Reavaliação	0	0
	72 098	(33 237)	38 861	51 376	Resultados Transitados	(65 608)	(42 893)
Imobilizações Corpóreas:					Resultado Líquido do Exercício	(15 673)	(13 282)
Edifícios e O. Construções	570	(437)	133	339	Total do Capital Próprio	(26 386)	(1 285)
Equipamento Básico	313	(160)	153	140			
Equipamento de Transporte	476	(387)	89	136	Provisões para Riscos e Encargos		
Ferramentas e Utensílios	4	(3)	1	2	Outras Provisões para Riscos e Encargos	924	1 142
Equipamento Administrativc	212	(134)	78	123			
Outras Imobilizações Corpóreas	81	(29)	52	27	Dívidas de Terceiros - m/longo prazo		
	1 656	(1 150)	506	767	Dívidas a Instituições de Crédito	17 396	0
Investimentos Financeiros					Outros Credores	3 607	8 673
Empresas Associadas	0	0	0	0		21 003	8 673
Dívidas de Terceiros - m/longo prazos:					Dívidas a Terceiros - curto prazo		
Outros Devedores	5 735	0	5 735	1 592	Adiantamento de Clientes		74
					Dívidas a Instituições de Crédito	18 724	20 797
Circulante					Fornecedores, Conta Corrente	6 382	3 299
Dívidas de Terceiros - curto prazo:					Fornecedores, Títulos a Pagar	0	0
Clientes, Conta Corrente	18 536	0	18 536	2 800	Accionistas	24 853	14 449
Clientes Títulos a Receber	0	0	0	0	Estado e Outros Entes Públicos	1 136	1 337
Fornecedores	0	0	0	1	Outros Credores	16 143	17 274
Estado e Outros Entes Públicos	4	0	4	5		67 238	57 230
Accionistas	1	0	1	0	Acréscimos e Diferimentos		
Outros Devedores	9 155	0	9 155	15 145	Acréscimos de Custos	6 273	3 308
	27 696	0	27 696	17 951	Proveitos Diferidos	7 179	4 965
Depósitos Bancários e Caixa:						13 452	8 273
Depósitos Bancários	1 786	0	1 786	529			
Caixa	8	0	8	4			
	1 794	0	1 794	533			
Acréscimos e Diferimentos							
Acréscimos de Proveitos	667	0	667	867			
Custos Diferidos	972	0	972	947			
	1 639	0	1 639	1 814			
Total de Amortizações		(34 387)					
Total de Provisões		0					
Total do Activo	110 618	(34 387)	76 231	74 033	Total do Capital Próprio e do Passivo	76 231	74 033

Demonstração dos Resultados em 31 de Janeiro de 2003 e 31 de Janeiro de 2002

(Valores expressos em milhares de Euros)

CUSTOS E PERDAS	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)	PROVEITOS E GANHOS	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)
Fornecimentos e Serviços Externos	4 320	2 846	Prestações de Serviços	9 564	10 237
Custos com o Pessoal:					
Remunerações	11 708	11 672	Subsídios à Exploração	0	0
Encargos Sociais			Proveitos Suplementares	103	98
Outros	640	654	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	90	308
	12 348	12 326		193	406
Amortizações do Imobilizado			(B)	9 757	10 643
Corpóreo e Incorpóreo	6 942	8 159	Outros Juros e Proveitos Similares	692	290
Provisões	0	0	(D)	10 449	10 933
	6 942	8 159	Proveitos e Ganhos Extraordinários	409	2 839
Impostos	47	107			
Outros Custos e Perdas Operacionais	356	293			
	403	400			
(A)	24 013	23 731			
Juros e Custos Similares	1 934	1 000			
(C)	25 947	24 731			
Custos e Perdas Extraordinários	584	2 323			
(E)	26 531	27 054			
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	0	0			
(G)	26 531	27 054			
Resultado Líquido do Exercício	(15 673)	(13 282)			
	10 858	13 772	(F)	10 858	13 772
			Resultados Operacionais: (B) - (A)	(14 256)	(13 088)
			Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	(1 242)	(710)
			Resultados Correntes: (D) - (C)	(15 498)	(13 798)
			Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)	(15 673)	(13 282)
			Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G)	(15 673)	(13 282)
			Cash Flow: (RLE) + (Amortizações + Provisões)	(8 731)	(5 123)

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31 de Janeiro de 2003 (Valores expressos em milhares de Euros)

Nota 1 – Introdução

A SPORTING – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD (adiante designado apenas por Sporting, SAD ou Empresa) foi constituída por escritura pública de 28 de Outubro de 1997, com um capital de m€ 34 915,85, com apelo à subscrição pública, regendo-se pelo regime jurídico especial estabelecido no Decreto-Lei nº 67/97, de 3 de Abril.

Por escritura pública realizada em 31 JUL 01, o capital social da sociedade foi elevado de m€ 34 915,85 para m€ 54 867,77. Este aumento foi concretizado por conversão de créditos detidos pelo Sporting Clube de Portugal e SPORTING – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, nos montantes parciais de m€ 3 042,67 e m€ 16 909,25, respectivamente.

Foi por escritura pública realizada em 31 JUL 01 redenominado o capital social para Euros, mediante a aplicação do método padrão, convertendo o valor nominal de cada acção de mil escudos para € 4,99, com arredondamento para o cêntimo de euro mais próximo e consequente aumento de capital de m€ 22,23 (Esc. 4 456 980), por contrapartida de resultados transitados, ascendendo o capital social da Empresa a m€ 54 890. A operacionalização da redenominação do capital foi concretizada em 11 OUT 01. Em 02 SET 02 foram admitidas à negociação no Segundo Mercado as 4 000 000 acções correspondentes ao aumento do capital social atrás mencionado.

Em 12 JUN 02 a Empresa concretizou um empréstimo obrigacionista por Oferta Pública de Distribuição destinada ao público em geral, sendo realizada por subscrição pública e directa, no valor de m€ 11 996, representativo de 2 399 288 obrigações. O respectivo pedido de admissão à negociação em Mercado já foi efectuado.

A Sporting, SAD com sede social no Estádio José de Alvalade, resultou da personalização jurídica da equipa do Sporting Clube de Portugal e tem por objecto social “a participação em competições profissionais de futebol, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol”.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com o objectivo de obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da consistência, da especialização dos exercícios, do custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma e da materialidade.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas não consideradas neste Anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.

Nota 2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Vidé Nota 3 a)

Nota 3 – Principais critérios valorimétricos utilizados

a) Imobilizações Incorpóreas

Esta rubrica compreende essencialmente os custos incorridos com a aquisição dos direitos desportivos dos jogadores profissionais de futebol, nos quais se incluem os valores de transferência para a Empresa dos jogadores do Sporting Clube de Portugal, no montante residual de m€ 4 215 (valor inicial de m€ 29 429). Inclui, ainda, os encargos relativos à comissão de organização e montagem da Oferta Pública de Subscrição de 2 000 000 acções e à comissão de colocação das referidas acções junto dos Sócios do Sporting Clube de Portugal e do público em geral.

No âmbito do contrato de associação de interesses económicos celebrado com o First Portuguese Football Players Fund (Fundo) durante a época transacta, os valores contabilísticos, numa primeira fase, dos jogadores Roberto Severo, Luís Filipe, Hugo Viana, Ricardo Quaresma, Custódio Castro e Cristiano Ronaldo, e numa segunda fase, dos jogadores Marius Niculae e Danny Gomes foram avaliados pelo montante total aproximado de m€ 34 740.

A Sporting,SAD negociou com o Fundo a partilha de receitas futuras relacionadas com parte dos direitos desportivos dos jogadores atrás mencionados, que foram objecto de avaliação independente por um comité de investimento desse Fundo. Decorrente de orientação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários a Empresa apenas reconheceu a proporção da partilha de receitas futuras dos direitos

desportivos detida pelo Fundo, não reavaliando os valores líquidos contabilísticos por si detidos

Em virtude do valor residual estimado dos direitos desportivos (proporção da partilha de receitas futuras detida pela Sporting,SAD) corresponder ao valor da avaliação, as correspondentes Imobilizações Incorpóreas deixam de ser amortizadas para este conjunto de direitos.

Os direitos desportivos dos restantes jogadores são amortizados por duodécimos, em quotas constantes, durante o período de vigência do contrato. As restantes Imobilizações Incorpóreas são amortizadas num período de três anos.

b) Imobilizações Corpóreas

As Imobilizações Corpóreas estão registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas por duodécimos, de acordo com o método das quotas constantes, às taxas máximas previstas na legislação em vigor.

c) Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos em regime de contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no Balanço sendo amortizados de acordo com as taxas referidas na nota anterior. As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades e como custos financeiros na parcela dos juros.

d) Acréscimos e Diferimentos

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos os custos e proveitos que respeitam a vários exercícios e que são imputados aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

e) Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal

As Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal são registados como custo do ano em que os colaboradores da Empresa adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal vencido e não pago à data de 31 de Janeiro de 2003, foi estimado e incluído na rubrica Acréscimos de Custos.

f) Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

Os activos e passivos em moeda estrangeira, para os quais o câmbio não foi fixado, foram actualizados à taxa de câmbio em vigor a 31 de Janeiro de 2003. As diferenças de câmbio apuradas foram reconhecidas como custos e proveitos do exercício.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, verificadas entre a data das operações e a data do seu recebimento ou pagamento, foram registadas como custos e proveitos do exercício.

g) Reconhecimento de Proveitos

As receitas de jogos são reconhecidas como proveitos no período em que estes se realizam.

Os proveitos de publicidade, patrocínios, direitos de transmissão de jogos de futebol e concessão de direitos de superfície, são reconhecidos de acordo com o período de duração dos respectivos contratos.

As receitas decorrentes da reserva de Bilhetes de Época são reconhecidas ao longo da época desportiva.

Por acordo celebrado com o Sporting Clube de Portugal a Empresa recebe uma percentagem da quotização cobrada aos Sócios do Clube. Tendo em consideração a incerteza de cobrabilidade das quotas, à data da sua emissão, o proveito da quotização só é reconhecido em proveitos aquando da sua efectiva cobrança.

Relativamente ao 1º semestre da época desportiva de 2002/03 foi transferido, do Sporting Clube de Portugal para a Sporting, SAD, 75% da quotização cobrada no período.

h) Instrumentos Financeiros

Referem-se exclusivamente a contratos de fixação cambial de responsabilidades de e para com terceiros.

Nota 4 – Cotações utilizadas para conversão de saldos em moeda estrangeira

Moeda	31 JAN 03
USD	1,0816

Nota 6 – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 30%, acrescida da derrama.

A Sociedade não relevou contabilisticamente o efeito dos Impostos Diferidos, já que a aplicação da Directriz Contabilística nº 28 não é ainda obrigatória na sequência do Despacho do Senhor Secretário do Estado dos Assuntos Fiscais de 13 de Março de 2003.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

Nota 7 – Número médio de pessoas ao serviço da Empresa

Distribuição	Quant.
Administração, direcções e pessoal administrativo	11
Jogadores profissionais, equipas técnicas e pessoal de apoio	90
Jogadores não profissionais, equipas técnicas e pessoal de apoio	82

Nota 8 – Despesas de Instalação

Compreende, para além dos custos relativos ao processo da Oferta Pública de Subscrição da emissão de 2 000 000 acções nominativas, ordinárias e escriturais, destinadas à constituição da Empresa, os custos incorridos com o aumento do capital social neste período.

Nota 10 – Activo Imobilizado

a) Imobilizações Incorpóreas

	S. Inicial 31 JAN 02	Aumentos	Alienações	Tr/Abates	S. Final 31 JAN 03
Activo Bruto					
Desp. Instalação	776	0	0	0	776
Prop. I. e O. Direitos	76 013	5 374	(844)	(9 221)	71 322
Sub-total	76 789	5 374	(844)	(9 221)	72 098
Amortizações					
Desp. Instalação	(748)	(11)	0	0	(759)
Prop. I. e O. Direitos	(24 665)	(16 326)	16	8 497	(32 478)
Sub-total	(25 413)	(16 337)	16	8 497	(33 237)
Total	51 376	(10 963)	(828)	(724)	38 861

Os aumentos registados na rubrica Propriedade Industrial e Outros Direitos inclui € 3 878 329 referentes ao ajustamento dos activos incorpóreos da Sociedade por efeito da parceria de investimento celebrada com o First Portuguese Football PlaFund.

b) Imobilizações Corpóreas

	S. Inicial 31 JAN 02	Aumentos	Alienações	Tr/Abates	S. Final 31 JAN 03
Activo Bruto					
Edifícios e O. Constr.	570	0	0	0	570
Equip. Básico	279	69	(35)	0	313
Equip. Transporte	476	0	0	0	476
Ferram. Utensílios	4	0	0	0	4
Equip. Administrativo	277	18	(83)	0	212
O. Imob. Corpóreas	51	30	0	0	81
Sub-total	1 657	117	(118)	0	1 656
Amortizações					
Edifícios e O. Constr.	(232)	(206)	0	0	(437)
Equip. Básico	(138)	(51)	28	1	(160)
Equip. Transporte	(340)	(52)	0	5	(387)
Ferram. Utensílios	(3)	(1)	0	0	(3)
Equip. Administrativo	(154)	(29)	49	0	(134)
O. Imob. Corpóreas	(23)	(5)	0	0	(29)
Sub-total	(890)	(344)	77	6	(1 150)
Total	767	(227)	(41)	6	506

Nota 15 – Bens em regime de locação financeira

	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Equipamento de Transporte			
Contrato nº 5 822	38	30	8
Contrato nº 12 676	41	14	27
Contrato nº 12 206	45	15	30
Total	124	59	65
Equipamento Administrativo			
Contrato nº 15 096	32	17	15
Total	32	17	15

Nota 25 – Dívidas activas e passivas com o Pessoal

Natureza	Curto Prazo	Méd/Longo Prazo
Activas	52	0
Passivas	4 760	1 667

As dívidas para com o pessoal compreendem, essencialmente, as prestações vincendas relativas aos prémios de assinatura celebrados com Jogadores e Equipa Técnica aquando da celebração dos respectivos contratos de trabalho.

Nota 36 – Composição do Capital

Categoria das Acções	Quantidade
Categoria A	9 518 316
Categoria B	45 371 684
Total	54 890 000

O Sporting Clube de Portugal é titular da totalidade das acções da Categoria A, auferindo dos seguintes direitos especiais:

(a) A Assembleia Geral não poderá funcionar nem deliberar, em primeira convocatória, sem que esteja representada a totalidade das acções da Categoria A;

(b) É necessária a unanimidade dos votos correspondentes às acções da Categoria A para se considerarem aprovadas as deliberações da Assembleia Geral sobre temas como:

- alienação ou oneração, a qualquer título, de bens que integrem o património imobiliário da Empresa;
- criação de novas categorias de acções;
- cisão, fusão, transformação ou dissolução da sociedade, aumento ou redução do capital social, outras alterações dos estatutos e supressão ou limitação do direito de preferência dos accionistas;
- distribuição de bens aos accionistas que não consista em distribuição de dividendos;
- eleição dos membros dos órgãos sociais, salvo o disposto no nº8 do artigo 392 do Código das Sociedades Comerciais;
- emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, ou autorização para a mesma, remição de acções preferenciais e amortização de acções;
- mudança da localização da sede da sociedade ou consentimento para a mesma;

(c) O titular destas acções terá o direito de designar um dos membros do Conselho de Administração, o qual terá direito de veto sobre as matérias referidas no ponto anterior;

(d) As acções da categoria A só são susceptíveis de apreensão judicial ou oneração a favor de pessoas colectivas de direito público.

Quando as acções da categoria A mudarem de titular passarão a ser acções da Categoria B.

Nota 37 – Pessoas Colectivas com mais de 20% do Capital

Pessoa Colectiva	% Detida em 31 JAN 03
SPORTING – Socied. Gestora Participações Sociais, SA	44,3

Conforme Comunicado emitido em 3 de Janeiro de 2003, a SPORTINVESTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA adquiriu à SPORTING – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2002, um lote de 1 800 000 acções, representativas de 16,36% do capital social e dos direitos de voto da Sporting, SAD.

Por força da referida alienação de 1 800 000 acções a SPORTING – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA reduziu a sua participação qualificada de 6 673 092 acções representativa de 60,66% do capital social e dos direitos de voto para 4 873 092 acções representativas de 44,3% do capital social e dos direitos de voto.

A participação de capital detida pelo Sporting Clube de Portugal, inicialmente de 21,4%, tem vindo a ser reduzida por efeito da atribuição aos Sócios do Clube de acções da Empresa, por troca dos valores por estes entregues a título de quota extraordinária, conforme deliberação da Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal, de 17 de Maio de 1997. Em 31 de Janeiro de 2003 o Sporting Clube de Portugal detém uma participação de aproximadamente 17,5%.

Nota 40 – Movimento das rubricas do Capital Próprio

	S. Inicial 31 JAN 02	Aumento	Diminuição	S. Final 31 JAN 03
Capital	54 890	0	0	54 890
Reservas	0	5	0	5
Resultados Transitados	(42 893)	(22 715)	0	(65 608)
Resultado Líquido do Período	(13 282)	(25 106)	22 715	(15 673)
Total	(1 285)	(47 816)	22 715	(26 386)

Nota 43 – Remuneração dos Órgãos Sociais

Órgãos Sociais	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)
Conselho de Administração	116	96
Revisor Oficial de Contas	9	9

Nota 45 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)	Proveitos e Ganhos	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)
Juros Suportados	1 129	623	Juros Obtidos	251	0
Dif. C. Desfavoráveis	730	295	Dif. C. Favoráveis	441	290
O. Custos e P. Financ.	75	82	Desc. P. Pag. Obtidos	0	0
Resultado Financeiro	(1 242)	(710)	O. Prov e G Financeiros	0	0
Total	692	290	Total	692	290

O acréscimo verificado na rubrica Juros Suportados está directamente relacionado com o agravamento das taxas de juro e com o aumento do recurso a capitais alheios (instituições bancárias).

O saldo da rubrica Diferenças Cambiais está relacionado com as perdas e ganhos verificados nas operações em dólares.

Os proveitos relacionados com juros obtidos reflectem o reembolso de encargos financeiros suportados por conta e responsabilidade dos nossos clientes.

Nota 46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)	Proveitos e Ganhos	31 JAN 03 (6 meses)	31 JAN 02 (6 meses)
Donativos	7	9	Ganhos em Imobilizaç.	0	2 563
Dívidas Incobráveis	0	0	Benefícios Contratuais	2	6
Perdas em Imobilizaç.	40	1 227	Redução de Provisões	0	0
Multas e Penalidades	21	36	Corr. Rel. Ex. Anterior.	5	267
Corr. Rel. Ex. Anterior.	48	156	O Prov. e G. Extraord.	402	4
O. Custos e P. Extraor.	468	896		0	0
Resultado Extraordinár.	(175)	516		0	0
Total	409	2 840	Total	409	2 840

A rubrica Outros Custos e Perdas Extraordinárias refere-se, essencialmente, aos encargos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho.

A rubrica Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários reflecte as mais valias apuradas na alienação dos direitos desportivos do jogador César Ramirez.

Nota 47 – Informações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o artigo nº 447 do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração em 31 de Janeiro de 2003:

Membros do Conselho de Administração	Nº de Acções
Dr. Miguel Maria de Sousa Ribeiro Teles	823
Dr. José Eduardo Fragoso Tavares de Bettencourt	92
Dr. Filipe Soares Franco	772
Dr. João Carlos Fevereiro Ferreira de Lima	72

Nota 48 – Outros Devedores

Do saldo desta rubrica assume especial relevância os créditos detidos sobre o Newcastle, Marselha e Nápoles, no valor global de m€ 14 790.

Nota 49 – Outros Credores

A rubrica Outros Credores, a curto e a médio/longo prazo inclui, a 31 de Janeiro de 2003, os débitos a clubes desportivos relacionados com os investimentos na aquisição de jogadores, o débito ao First Portuguese Football Players Fund correspondente à parceria de investimento que efectuou com a Sociedade e as prestações vincendas dos encargos relacionados com os contratos de trabalho celebrados com os jogadores e técnicos.

Nota 50 – Proveitos Diferidos

Compreende as verbas recebidas até 31 de Janeiro de 2003, cujos proveitos serão reconhecidos no semestre seguinte e nos exercícios seguintes. Entre os valores registados nesta rubrica destaca-se as receitas antecipadas do contrato celebrado com a Olivedesportos e o montante relativo às receitas de bilhetes de época a reconhecer no segundo semestre da época em curso e na próxima época desportiva.

Importa realçar que a verba recebida antecipadamente da Olivedesportos estava prevista no plano financeiro do contrato.

Nota 51 – Garantias Prestadas por Terceiros

No âmbito do contrato de aquisição dos direitos desportivos do jogador Mário Jardel, existe, a nosso pedido, a favor do Galatasaray, uma garantia bancária no valor total de m€ 3 500.

Nota 52 – Garantias Prestadas a Terceiros

No âmbito do financiamento contraído junto do Banco Espírito Santo, para aquisição dos direitos desportivos do jogador Rodrigo Tello, a Sporting,SAD deu como garantia ao referido Banco o penhor sobre os direitos desportivos que para si emergem da celebração dos contratos de seguro desportivo referentes aos jogadores Rodrigo Tello, Pedro Barbosa e Tiago Ferreira.

A Sporting,SAD deu de garantia a um financiamento contraído pelo seu accionista SPORTING – Sociedade Gestora de Participações Sociais,SA, junto do Banco Comercial Português, o penhor dos direitos desportivos dos jogadores João Pinto, Ricardo Sá Pinto e César Prates.

Nota 53 – Compromissos Financeiros

Decorrente dos contratos celebrados com os jogadores, existem compromissos financeiros assumidos relacionados com as performances desportivas, nomeadamente, vitória nas competições desportivas e número de jogos realizados na qualidade de titular.

Lisboa, 12 de Abril de 2003



**BARROSO, DIAS,
CASEIRÃO &
ASSOCIADOS - SROC**

Av. da República, 50 - 8.º
1050-196 Lisboa
Telefone 21 799 04 20
Telefax 21 799 04 39
E-mail: bdo@bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E
Escrit. 3.2 4100-455 Porto
Telefone 22 616 61 40
Telefax 22 616 61 49
E-mail: bdo.porto@bdo.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 31 de Janeiro de 2003, da SPORTING – Sociedade Desportiva de Futebol, SAD, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 76 231 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 26 386 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 15 673 milhares de euros) e na Demonstração dos Resultados do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira;
- se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções de grande significado.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 31 de Janeiro de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. Sem afectar o parecer expresso no parágrafo anterior, chamamos a atenção para que o Capital Próprio negativo ascende, em 31 de Janeiro de 2003, a 26 386 milhares de euros quando o Capital Social é de 54 890 milhares de euros, sendo que, conforme divulgado no Relatório do Conselho de Administração e nas contas respeitantes à presente informação semestral, os custos continuam a exceder significativamente os proveitos obtidos. Estando assim perdida mais de metade do Capital Social, são aplicáveis as medidas de recomposição dos capitais previstas no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 15 Abril de 2003



Dr. Pedro Aleixo Dias, em representação de
Barroso, Dias, Caseirão & Associados – SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 1122)